



**Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

### 3º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

**Eu sou imparável!**

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever, na Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
- **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
- **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifcil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

### **CÓDIGO:**

2501316734M

### **TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

### **NUMERAÇÃO:**

3º Simulado

### **NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região  
TRT 15ª Região

### **CARGO:**

Analista Judiciário – Área Administrativa

### **MODELO/BANCA:**

FCC

### **EDITAL:**

Pós-Edital

### **DATA DE APLICAÇÃO:**

2/2025

### **ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

2/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## TRT 15ª REGIÃO – 3º SIMULADO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## LÍNGUA PORTUGUESA

Letícia Bastos

## Crônica de um amor anunciado

Martha Medeiros

- 1 Toda pessoa apaixonada é um publicitário em potencial. Não anuncia cigarros, hidratantes ou máquinas de lavar, mas anuncia seu amor, como se vivê-lo em segredo diminuísse sua intensidade.
- O hábito começa na escola. O caderno abarrotado de regras gramaticais, fórmulas matemáticas e lições de geografia, e lá, na última página, centenas de corações desenhados com caneta vermelha. Parece aula de ciências, mas é introdução à publicidade.
- 5 Em breve se estará desenhando corações em árvores, escrevendo atrás da porta do banheiro e grafitando a parede do corredor: Suzana ama João.
- A partir de uma certa idade, a veia publicitária vai tornando-se mais discreta. Já não anunciamos nossa paixão em muros e bancos de jardim. Dispensa-se a mídia de massa e parte-se para o telemarketing. Contamos por telefone mesmo, para um público selecionado, as últimas notícias da nossa vida afetiva. Mas alguns não resistem em seguir propagando com alarde o seu amor.
- 10 Colocam anúncios de verdade no jornal, geralmente nos classificados: Kika, te amo. Beto, volta pra mim. Everaldo, não me deixe por essa loira de farmácia. Joana, foi bom pra você também?
- O grau máximo de profissionalismo é atingido quando o apaixonado manda colocar sua mensagem num *outdoor* em frente a casa da pessoa amada. O recado é para ela, mas a cidade inteira fica sabendo que alguém está tentando recuperar seu amor. Em grau menor de assiduidade, há casos em que apaixonados mandam despejar de um helicóptero pétalas de rosas no endereço do namorado, ou gastam uma fortuna para que a fumaça de um avião desenhe as iniciais do casal no céu. A criatividade dos amantes é infinita.
- 15 O amor é uma coisa íntima, mas todos nós temos a necessidade de torná-lo público. É a nossa vitória contra a solidão. Assim como as torcidas de futebol comemoram seus títulos com buzinaços, foguetório e cantorias, queremos também alardear nossa conquista pessoal, dividir a alegria de ter alguém que faz nosso coração bater mais forte. É por isso que, mesmo não sendo adepta do estardalhaço, me consterno por aqueles que amam escondido, amam em silêncio, amam clandestinamente. Mesmo que funcione como fetiche, priva o prazer de ter um amor compartilhado.
- 20
1. A crônica aborda um aspecto particular da manifestação do amor e sua relação com a comunicação, ressaltando a necessidade de tornar público um sentimento que deveria ser íntimo. Aponte qual das alternativas abaixo sintetiza corretamente a ideia central do texto.
- (A) O amor deve ser mantido em segredo para preservar sua intensidade e autenticidade, evitando influências externas.
- (B) A autora critica o exagero de declarações públicas de amor, apontando a frivolidade dessas manifestações.
- (C) O amor, apesar de ser íntimo, traz consigo a necessidade humana de partilhar sua existência como uma forma de combater a solidão.
- (D) As demonstrações públicas de amor são sempre inconvenientes e demonstram imaturidade emocional.
- (E) O texto exalta a importância de expressar o amor exclusivamente para a pessoa amada, sem necessidade de envolvimento de terceiros.
2. No texto "Crônica de um amor anunciado", a autora utiliza várias palavras acentuadas de acordo com as regras de acentuação gráfica da Língua Portuguesa. Com base nessas regras, assinale a alternativa correta:
- (A) As palavras "fórmulas" e "árvores" são acentuadas por serem proparoxítonas.
- (B) A palavra "ciências" é acentuada porque apresenta um hiato na sequência "iê".
- (C) A palavra "paixão" não é acentuada, pois é uma oxítona terminada em "o".
- (D) As palavras "público" e "lá" são acentuadas devido à regra das paroxítonas terminadas em "o" e "e".
- (E) A palavra "hábito" é acentuada por ser uma paroxítona.

3. É possível identificar o uso de diferentes estratégias discursivas que caracterizam o discurso direto, indireto ou indireto livre. Sobre essas formas de discurso, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta:
- (A) O discurso direto é exemplificado na passagem em que o autor utiliza o recurso de aspas para reproduzir exatamente as palavras de um personagem.
  - (B) O texto apresenta predominantemente o discurso indireto livre, permitindo que a voz do narrador e dos personagens se mesclém, como no trecho em que se menciona o desejo de alardear o amor.
  - (C) O discurso indireto é identificado no momento em que o narrador parafraseia a declaração de um personagem sem reproduzi-la textualmente.
  - (D) No discurso direto, não há interferência do narrador, sendo as falas dos personagens apresentadas de forma isolada e sem marcas como aspas ou travessões.
  - (E) O discurso indireto livre é utilizado exclusivamente em narrativas que apresentam uma perspectiva em primeira pessoa, o que não se aplica ao texto analisado.
4. No texto "Crônica de um amor anunciado", Martha Medeiros utiliza várias figuras de linguagem para enriquecer a narrativa e transmitir emoções e reflexões profundas. Analise as afirmações sobre as figuras de linguagem no texto e escolha a alternativa correta:
- (A) A metáfora é utilizada quando o autor compara o amor a um produto publicitário, enfatizando a necessidade de divulgação.
  - (B) A hipérbole está presente na expressão "a criatividade dos amantes é infinita", ampliando a ideia de imaginação ilimitada dos apaixonados.
  - (C) A personificação é identificada no trecho "o amor se mantém o mesmo apenas para aqueles que se mantêm os mesmos", atribuindo ao amor características humanas.
  - (D) O texto apresenta alusão ao mencionar "torcidas de futebol comemoram seus títulos com buzinaços, foguetório e cantorias", conectando o amor à celebração coletiva.
  - (E) O texto contém antítese, como no trecho "o amor é uma coisa íntima, mas todos nós temos a necessidade de torná-lo público", contrastando aspectos privados e públicos do amor.
5. Martha Medeiros utiliza diversas construções subordinadas para enriquecer o discurso e expressar nuances de significado. Considerando as orações subordinadas presentes no texto, analise as alternativas e escolha a correta:
- (A) A oração "mesmo não sendo adepta do estardalhaço" é subordinada adverbial concessiva, pois indica uma ideia contrária à expectativa.
  - (B) A oração "que faz nosso coração bater mais forte" é subordinada substantiva predicativa, pois completa o sentido de um verbo de ligação.
  - (C) A oração "queremos também alardear nossa conquista pessoal" é subordinada adjetiva explicativa, por trazer uma explicação sobre o desejo humano.
  - (D) A oração "assim como as torcidas de futebol comemoram seus títulos" é subordinada substantiva objetiva indireta, porque completa o sentido de um verbo transitivo indireto.
  - (E) A oração "a criatividade dos amantes é infinita" é subordinada adverbial comparativa, pois estabelece uma comparação entre ideias.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**  
**Diego Ribeiro**

6. Cinco testemunhas (T1, T2, T3, T4 e T5) serão ouvidas em horários consecutivos. Sabe-se que:
- 1) T3 será ouvida antes de T1, mas depois de T2.
  - 2) T4 será ouvida imediatamente antes de T5.
  - 3) T5 será ouvida depois de T1.

Aponte qual é a ordem correta das testemunhas.

- (A) T2, T3, T1, T4, T5.
- (B) T2, T4, T5, T3, T1.
- (C) T3, T2, T4, T5, T1.
- (D) T2, T3, T4, T1, T5.
- (E) T5, T4, T3, T1, T2.

7. Uma equipe de 8 analistas resolve 48 processos em 6 dias. Se forem adicionados mais 4 analistas à equipe, mantendo o mesmo ritmo de trabalho, assinale em quantos dias a equipe resolverá 72 processos:
- (A) 4
  - (B) 5
  - (C) 6
  - (D) 7
  - (E) 8
8. Cinco juízes (A, B, C, D e E) trabalham em varas diferentes (Trabalhista, Cível, Penal, Tributária e Empresarial) e cada um possui um número diferente de processos para julgar: 10, 20, 30, 40 e 50. Sabe-se que:
- 1) O juiz A não trabalha na Vara Penal nem possui 50 processos.
  - 2) O juiz B trabalha na Vara Trabalhista e possui 10 processos a menos que o juiz C.
  - 3) O juiz D tem exatamente 30 processos, mas não trabalha na Vara Empresarial.
  - 4) O juiz que trabalha na Vara Penal possui o maior número de processos.
  - 5) O juiz E trabalha na Vara Tributária.
  - 6) O juiz A possui mais processos que o juiz E.

Marque em qual vara trabalha o juiz que possui menos processos:

- (A) Vara Penal.
- (B) Vara Trabalhista.
- (C) Vara Empresarial.
- (D) Vara Cível.
- (E) Vara Tributária.

### NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rafael de Oliveira

9. De acordo com a Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta:
- (A) O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a deficiência, para ser caracterizada, deve ser permanente e absoluta, impedindo qualquer tipo de participação na sociedade.
  - (B) A Lei n. 13.146/2015 prevê que todas as pessoas com deficiência estão automaticamente interditadas para o exercício de atos da vida civil.
  - (C) A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva.
  - (D) O Estatuto permite a discriminação em situações excepcionais, quando for necessário para o interesse público.
  - (E) A Lei não reconhece o direito das pessoas com deficiência à adaptação de ambientes de trabalho, por ser de responsabilidade exclusiva do trabalhador.
10. Assinale a alternativa correta:
- I. É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.
  - II. A deficiência visual referida no *caput* deste artigo restringe-se à cegueira e à baixa visão.
  - III. Constitui ato de discriminação, a ser apenado com interdição e multa, qualquer tentativa voltada a impedir ou dificultar o gozo do direito previsto no art. 1º desta Lei (item I).
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Somente o item IV está correto.
  - (E) Todos estão corretos.

11. Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste Decreto (Decreto n. 5.296/2004), sempre que houver interação com a matéria nele regulamentada, exceto:
- (A) a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva.
  - (B) a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza.
  - (C) a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar.
  - (D) a concessão de aval da União na obtenção de empréstimos e financiamentos internacionais por entes públicos ou privados.
  - (E) os projetos de vendas de terrenos em regiões litorâneas.

### **CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT15**

**Glauber Marinho**

12. Conforme a Cartilha de Ética dos/as servidores/as do TRT 15, a respeito de ética, considere:
- I. Ética é reconhecida como um instrumento crucial de gestão para alcançar a excelência nos serviços que são prestados à sociedade.
  - II. "Ética" vem do grego "mos", que significa "modo de ser" ou "caráter".
  - III. É como um guia de comportamento que ajuda a entender o que é certo e errado, bom e mau, justo e injusto.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I, e III, apenas.
  - (E) I, apenas.
13. "Um texto que define os princípios e as normas de conduta ética aplicáveis a determinado grupo de pessoas dentro de uma determinada instituição, seja pública ou privada". Em conformidade com a Cartilha de Ética do TRT 15, trata-se de:
- (A) Planejamento Estratégico Institucional.
  - (B) Código de Ética.
  - (C) Ética Aplicada.
  - (D) Ética Profissional.
  - (E) Plano de Ações.
14. Conforme o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a respeito dos direitos assegurados a servidores/as da Casa, considere:
- I. ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual.
  - II. ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, exceto médicas.
  - III. estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, apenas.

**REGIMENTO INTERNO DO TRT 15**  
**Eduardo Galante**

15. Em relação ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) A correição poderá ser instaurada *ex officio*, a requerimento das partes e de qualquer interessado(a) ou por determinação do Tribunal.
  - (B) Não havendo recurso específico, é cabível a correição parcial para corrigir erro, abuso e ato contrário à boa ordem processual, ação ou omissão que importe erro de procedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, a depender da qualidade do interessado.
  - (C) Não se conformando com a decisão do(a) Corregedor(a) Regional, o(a) corrigente poderá interpor apelação para o Órgão Especial, que o decidirá em instância única.
  - (D) A Corregedoria Regional elaborará o Plano Estratégico de Gestão para cada exercício, apresentando-o no mês de janeiro de cada ano ao Tribunal do Pleno, e prestando contas de seus resultados.
  - (E) Compete ao(à) Corregedor(a)-Geral, dentre outras atribuições, exercer correição ordinária nas unidades de primeira e segunda instâncias, uma vez por semestre e sempre que necessário.
16. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, aponte a alternativa correta.
- (A) Cada Desembargador(a) disporá de um Gabinete, incumbido de executar os serviços administrativos, assessoramento jurídico, consultas funcionais e controle de atos.
  - (B) Os(as) servidores(as) do Gabinete, de estrita confiança do(a) Desembargador(a), serão preferencialmente designados(as) entre os(as) servidores(as) do quadro efetivo deste Tribunal ou da carreira do Poder Judiciário da União.
  - (C) A instauração de processo administrativo em face de servidor(a) lotado(a) em Gabinete de Desembargador(a) do Trabalho deverá ser comunicada ao Ministério Público e à Corregedoria-Geral.
  - (D) Os(as) servidores(as) da Justiça do Trabalho da 15ª Região cumprirão 30 (trinta) horas de trabalho semanal, sob controle de frequência e horário pelo Desembargador(a) responsável.
  - (E) O horário de trabalho dos(as) servidores(as) do Gabinete, observadas a duração legal e as peculiaridades do serviço, será o estabelecido pelo órgão especial do Tribunal.
17. Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, marque a alternativa correta.
- (A) Compete ao Órgão Especial exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos(às) Juízes(as) de primeiro grau e respectivos órgãos e serviços judiciais e extrajudiciais.
  - (B) A Corregedoria Regional é composta pela Corregedoria, pela Vice-Corregedoria e por uma Secretaria Judicial.
  - (C) O(a) Presidente do Tribunal poderá designar, dentre os(as) Juízes(as) do Trabalho vitalícios(as), até 5 (cinco) Juízes(as) Auxiliares para exercício durante sua gestão, observadas as normas do Tribunal Superior do Trabalho.
  - (D) Os atos praticados *ad referendum* do Tribunal Pleno ou do Órgão Especial perdem a sua validade e eficácia, vedada a sua renovação, se, no prazo de 60 (sessenta) dias improrrogáveis, não forem submetidos à apreciação do órgão especial do Tribunal.
  - (E) Compete privativamente ao(à) Presidente do Tribunal conhecer e decidir, dentre outras atribuições, de forma monocrática, os pedidos de Suspensão Liminar em Antecipação de Tutela (SLAT) ou de Suspensão de Liminar em Sentença (SLS) nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**  
**Leonardo Vasconcelos**

18. Com relação às ferramentas de segurança da informação utilizadas para proteção de computadores e redes, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:
- (A) Um firewall é projetado para identificar e remover malwares já instalados no sistema operacional.
  - (B) O antivírus tem como principal função evitar ataques por meio da análise de pacotes de rede antes que eles cheguem ao sistema.
  - (C) O antispyware é um software destinado a identificar e remover programas que monitoram atividades do usuário sem autorização.
  - (D) A ativação simultânea de dois ou mais antivírus em um único sistema aumenta significativamente o desempenho e a proteção contra malwares.
  - (E) Firewalls e antivírus desempenham as mesmas funções de proteção contra acessos não autorizados, diferindo apenas na nomenclatura.



19. Com relação às pragas virtuais, como vírus, worms e outros malwares, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:
- (A) Um vírus necessita de um programa hospedeiro para se propagar e executar suas ações maliciosas, enquanto um worm é capaz de se replicar automaticamente sem depender de arquivos ou programas específicos.
  - (B) Worms e vírus são malwares que possuem a mesma funcionalidade básica, diferenciando-se apenas pela forma de execução no sistema operacional.
  - (C) Um Trojan, diferentemente de um vírus, é capaz de se replicar automaticamente em redes sem a intervenção do usuário, causando danos em larga escala.
  - (D) A principal característica de um adware é sua capacidade de infectar sistemas por meio de anexos de e-mail, executando códigos maliciosos em segundo plano.
  - (E) Ransomwares são malwares projetados para monitorar e capturar informações sensíveis do usuário, como senhas e dados financeiros, sem que ele perceba.
20. Com relação aos programas de navegação e suas teclas de atalho, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.
- (A) A combinação de teclas **Ctrl + T** fecha a aba atual no navegador.
  - (B) Utilizar **Ctrl + Shift + N** em navegadores compatíveis, como o Google Chrome, abre uma nova aba no modo de navegação anônima.
  - (C) O atalho **Ctrl + Tab** alterna entre diferentes navegadores instalados no computador.
  - (D) Pressionar **F5** em um navegador como o Mozilla Firefox fecha todas as abas abertas, retornando à página inicial.
  - (E) A combinação **Ctrl + L** ativa o campo de pesquisa de texto dentro de uma página web aberta.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

21. A Constituição Federal assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e também é
- (A) assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e vedada nas entidades militares de internação coletiva.
  - (B) livre a manifestação do pensamento, ainda que sob o anonimato.
  - (C) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, prejudicada a indenização por dano material.
  - (D) assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
  - (E) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, condicionada a licença prévia.
22. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
  - (B) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
  - (C) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
  - (D) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
  - (E) A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.

23. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.
- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
  - (B) No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.
  - (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
  - (D) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
  - (E) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
24. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta a respeito do mandado de segurança.
- (A) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
  - (B) O trânsito em julgado não obsta a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial.
  - (C) É competente, originariamente, o Superior Tribunal de Justiça, para mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.
  - (D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
  - (E) O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado.
25. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
- (A) O STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
  - (B) A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se pretender a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação.
  - (C) A CF de 1988 não fixou um intervalo temporal mínimo entre os dois turnos de votação para fins de aprovação de emendas à Constituição (CF, art. 60, § 2º), de sorte que inexistente parâmetro objetivo que oriente o exame judicial do grau de solidez da vontade política de reformar a Lei Maior. A interferência judicial no âmago do processo político, verdadeiro *locus* da atuação típica dos agentes do Poder Legislativo, tem de gozar de lastro forte e categórico no que prevê o texto da CF.
  - (D) O STF já assentou o entendimento de que é admissível a ação direta de inconstitucionalidade de emenda constitucional, quando se alega, na inicial, que esta contraria princípios imutáveis ou as chamadas cláusulas pétreas da Constituição originária (art. 60, § 4º, da CF).
  - (E) A "forma federativa de Governo" – elevado a princípio intangível por todas as Constituições da República – é conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação, como o adotou, erigiu em limite material imposto às futuras emendas à Constituição; de resto as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental, enumera, não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nelas se protege.
26. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exceto:
- (A) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
  - (B) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
  - (C) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
  - (D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
  - (E) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO****Rafael de Oliveira**

27. De acordo com a Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta sobre os princípios que devem nortear a atuação administrativa:
- (A) A Administração Pública deve observar apenas os princípios expressamente previstos na Constituição Federal de 1988.
  - (B) Entre os princípios aplicáveis ao processo administrativo está a motivação, que dispensa a indicação dos fundamentos jurídicos e fáticos da decisão.
  - (C) A Administração Pública deve atuar segundo critérios de proporcionalidade, razoabilidade, interesse público e eficiência, inclusive em decisões discricionárias.
  - (D) O contraditório e a ampla defesa são garantidos apenas aos servidores públicos, não se aplicando a processos administrativos instaurados contra particulares.
  - (E) O princípio da publicidade exige a divulgação de todas as informações constantes nos autos do processo, sem exceções.
28. Sobre o poder de polícia e suas características, assinale a alternativa correta:
- (A) O poder de polícia é exclusivamente vinculado, não havendo margem para discricionariedade na atuação administrativa.
  - (B) A autoexecutoriedade e a coercibilidade são atributos inerentes ao poder de polícia.
  - (C) A delegação de poder de polícia a empresas privadas é plenamente permitida pela legislação brasileira.
  - (D) O exercício do poder de polícia não pode gerar limitações aos direitos individuais.
  - (E) O poder de polícia se destina unicamente à fiscalização de tributos.
29. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/1942), assinale a alternativa correta:
- (A) As decisões administrativas devem sempre observar exclusivamente a literalidade da norma legal, sem considerar o impacto de sua aplicação.
  - (B) A LINDB estabelece que a interpretação da norma deve levar em conta as consequências práticas da decisão administrativa.
  - (C) O administrador público não pode considerar a finalidade do ato, devendo ater-se aos critérios objetivos da lei.
  - (D) A LINDB dispensa a motivação das decisões administrativas que revejam atos considerados válidos e eficazes.
  - (E) As normas da LINDB são aplicáveis apenas no âmbito do Direito Civil, não alcançando a Administração Pública.
30. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- (A) Os atos administrativos discricionários podem ser revogados pela própria Administração Pública, salvo se gerarem direitos adquiridos ao destinatário.
  - (B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos impede sua anulação, mesmo que sejam ilegais.
  - (C) A extinção dos atos administrativos por cassação ocorre quando há vício insanável no momento de sua prática.
  - (D) A convalidação de atos administrativos é vedada, mesmo para corrigir vícios sanáveis relacionados à competência ou à forma.
  - (E) A anulação dos atos administrativos ocorre por conveniência administrativa, e não pela existência de vícios de legalidade.
31. De acordo com a Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), considere as seguintes assertivas:
- I. O dolo específico é indispensável para a configuração do crime de abuso de autoridade.
  - II. É considerado abuso de autoridade constranger alguém sob ameaça de prisão a exibir prova de sua identidade.
  - III. A lei se aplica exclusivamente a servidores públicos, não alcançando agentes políticos.
  - IV. A responsabilização por abuso de autoridade independe de comprovação de danos à vítima.
- Indique quais estão corretas:
- (A) Apenas I e II.
  - (B) Apenas I, II e IV.
  - (C) Apenas II e III.
  - (D) Apenas III e IV.
  - (E) Todas as assertivas estão corretas.

32. A Administração Pública deve seguir tanto princípios expressos quanto implícitos, garantindo que suas ações sejam pautadas na legalidade, eficiência e respeito ao interesse público. Acerca dos princípios administrativos e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro, analise as assertivas abaixo:
- I. O princípio da supremacia do interesse público é um princípio implícito que confere à Administração Pública a prerrogativa de restringir direitos individuais sempre que necessário para garantir o interesse coletivo.
  - II. A moralidade administrativa exige que o agente público atue conforme padrões éticos e jurídicos, sendo possível a invalidação de atos administrativos que, mesmo legais, sejam imorais.
  - III. O princípio da impessoalidade impede que a Administração beneficie ou prejudique alguém por motivos pessoais, estendendo-se à vedação da promoção pessoal de agentes públicos por meio de atos administrativos.
  - IV. A publicidade dos atos administrativos é absoluta, sendo vedado qualquer tipo de sigilo, pois a transparência deve sempre prevalecer sobre qualquer outro princípio.
  - V. O princípio da autotutela permite à Administração anular seus próprios atos quando ilegais e revogá-los por conveniência ou oportunidade, sem necessidade de decisão judicial.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**Wesley Rodrigues**

33. Sobre os modelos de Administração Pública (Patrimonialista, Burocrático e Gerencial) e as reformas administrativas ocorridas no Brasil, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:
- (A) O modelo patrimonialista, muito identificado com períodos oligárquicos, foi marcado pela ausência de nepotismo e pela total separação entre o público e o privado.
  - (B) O modelo burocrático, ao surgir, buscava combater as disfunções do gerencialismo, que já se encontrava arraigado no Estado brasileiro.
  - (C) O modelo gerencial pode ser visto como uma evolução do burocrático, pois mantém princípios como impessoalidade e meritocracia, mas enfatiza o controle por resultados.
  - (D) A primeira reforma administrativa no Brasil, consubstanciada na criação do DASP (1936), teve como principal objetivo implantar o modelo gerencial, inspirado nas práticas do setor privado.
  - (E) A Constituição Federal de 1988, por ter ampliado direitos sociais e garantias individuais, é reconhecida como um avanço gerencialista que flexibilizou o controle de processos na Administração Pública.
34. Considerando os níveis de maturidade de processos propostos pela *Society for Design and Process Science* (SDPS), assinale a alternativa correta:
- (A) Os processos modelados caracterizam-se por mínimo risco e elevada integração entre diferentes instituições.
  - (B) O nível simulado tem como principal atributo a coexistência de dados reais e estimados, com vistas à projeção de cenários mais acurados.
  - (C) Os processos encenados dispensam a adaptação a novas condições, pois já possuem nível máximo de maturidade e risco praticamente nulo.
  - (D) O nível interoperado consolida a integração entre processos de diferentes organizações, formando cadeias de valor e minimizando riscos.
  - (E) Os processos emulados representam o estágio final de maturidade, em que as etapas anteriores já estão totalmente consolidadas.

35. A análise dos ambientes interno e externo é essencial no processo de planejamento estratégico, pois possibilita às organizações identificar fatores que podem influenciar suas decisões e resultados. Em relação às características desses ambientes, assinale a alternativa correta:
- (A) O ambiente interno é constituído principalmente pelas variáveis político-legais, econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais (PESTEL), que a organização não pode controlar.
  - (B) O ambiente externo diz respeito às forças e fraquezas sobre as quais a empresa exerce domínio, definindo seu posicionamento competitivo.
  - (C) A análise do ambiente interno é responsável por mapear as oportunidades e ameaças de mercado que podem afetar a estratégia organizacional.
  - (D) O ambiente interno relaciona-se aos recursos, competências, processos e cultura da organização, enquanto o ambiente externo envolve variáveis incontroláveis, como a atuação de concorrentes, que podem impactar suas decisões estratégicas.
  - (E) Concorrentes, novas tecnologias e mudanças de legislação fazem parte do ambiente interno, pois são fatores estritamente gerenciados pela própria empresa.
36. O Balanced Scorecard (BSC), desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton, é uma ferramenta de gestão estratégica amplamente utilizada em organizações de diversos setores. A respeito das características e aplicações do BSC, assinale a alternativa correta:
- (A) O BSC concentra-se exclusivamente em indicadores financeiros, desconsiderando fatores não financeiros na avaliação do desempenho organizacional.
  - (B) O BSC busca alinhar objetivos estratégicos em quatro perspectivas principais (Financeira, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), promovendo a integração entre indicadores financeiros e não financeiros.
  - (C) O BSC tem como foco principal o controle operacional diário, prescindindo de mecanismos de alinhamento estratégico de longo prazo.
  - (D) O BSC, por privilegiar a visão de mercado, dispensa o acompanhamento de metas relacionadas ao desenvolvimento do capital humano.
  - (E) O BSC é uma ferramenta que ignora relações de causa e efeito entre processos internos e resultados, concentrando-se apenas na mensuração de resultados imediatos.
37. Considerando o contexto de mudanças organizacionais e a importância da dimensão “pessoas” para a obtenção de vantagem competitiva, de acordo com as discussões apresentadas no texto, assinale a opção correta a respeito das políticas e práticas de gestão de pessoas nas organizações.
- (A) O investimento no desenvolvimento dos colaboradores é prescindível, visto que a competitividade atual baseia-se, predominantemente, em avanços tecnológicos e na inovação de processos.
  - (B) A área de recursos humanos deve se restringir às atividades operacionais de administração de pessoal, pois a estratégia organizacional independe da atuação dessa área.
  - (C) Uma das principais dificuldades na mudança do modelo de gestão de pessoas deriva da necessidade de os profissionais de RH equilibrarem o controle sobre os empregados e, simultaneamente, promoverem seu comprometimento com os objetivos organizacionais.
  - (D) As pessoas devem ser tratadas exclusivamente como recursos de produção, pois o foco no curto prazo exige alto nível de produtividade, independentemente do investimento em competências e habilidades.
  - (E) As mudanças econômicas e mercadológicas requerem apenas a revisão dos processos organizacionais, pois o comportamento das pessoas não é fator relevante na transformação empresarial.
38. A Análise SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico composta por quatro elementos: Pontos Fortes (Strengths), Pontos Fracos (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A respeito dessa ferramenta, assinale a alternativa correta:
- (A) Oportunidades e Ameaças são fatores exclusivamente internos à organização, ao passo que Pontos Fortes e Fracos são fatores externos que fogem ao controle da empresa.
  - (B) Em um cenário de alta incerteza, a aplicação da Análise SWOT torna-se inviável, pois a ferramenta exige estabilidade de mercado para identificar tendências de maneira confiável.
  - (C) O principal objetivo da Análise SWOT é identificar aspectos internos e externos, mas não há preocupação em direcionar estratégias para aproveitar oportunidades ou mitigar ameaças.
  - (D) Um dos propósitos da Análise SWOT é possibilitar à organização maximizar seus Pontos Fortes, minimizar seus Pontos Fracos, aproveitar Oportunidades e conter Ameaças.
  - (E) As Ameaças são consideradas variáveis positivas no ambiente externo, podendo ser convertidas em fontes de vantagem competitiva para a empresa.

**NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS****Bruno Eduardo**

39. Um novo diretor de Recursos Humanos assumiu o cargo em uma instituição pública federal e recebeu a missão de implementar um modelo de gestão de pessoas baseado em competências. Para isso, ele precisa identificar os fatores essenciais para o sucesso dessa abordagem, bem como seus desafios e limites no contexto do setor público. Considerando a gestão por competências, avalie as alternativas abaixo e assinale a correta.
- (A) A gestão por competências é limitada no setor público porque não permite a identificação de lacunas de desempenho.
  - (B) No setor público, a gestão por competências não pode ser utilizada para o planejamento de desenvolvimento de pessoal devido à rigidez dos cargos.
  - (C) A gestão por competências baseia-se exclusivamente em habilidades técnicas, desconsiderando aspectos comportamentais.
  - (D) A gestão por competências no setor público é mais eficaz quando desvinculada de estratégias institucionais, focando apenas no desempenho individual.
  - (E) Um dos fatores de sucesso da gestão por competências é o alinhamento entre competências organizacionais, setoriais e individuais.
40. Uma pesquisa de clima organizacional foi realizada em uma autarquia estadual e apontou baixos índices de engajamento e satisfação dos servidores. Com base nos resultados, a gestão decidiu implementar ações de melhoria do clima organizacional. Assinale qual alternativa apresenta uma medida alinhada com os princípios da gestão de clima organizacional.
- (A) Criar um Sistema de avaliação de desempenho punitivo para aumentar a responsabilidade individual.
  - (B) Promover maior interação entre as equipes, com foco na comunicação aberta e na valorização do servidor.
  - (C) Implementar regras mais rígidas de supervisão, garantindo maior controle sobre as atividades dos servidores.
  - (D) Eliminar incentivos e benefícios para reduzir custos operacionais, sem considerar o impacto no clima organizacional.
  - (E) Priorizar a contratação de novos servidores em detrimento de ações de desenvolvimento dos atuais.
41. Uma organização pública está enfrentando dificuldades na implementação de um programa de avaliação de desempenho. Após análises, identificou-se que o problema está na falta de clareza dos indicadores de desempenho utilizados. Assinale a alternativa que apresenta uma característica essencial para a elaboração de bons indicadores de desempenho.
- (A) Devem ser específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais (SMART).
  - (B) Indicadores devem ser amplos e abstratos para permitir diferentes interpretações.
  - (C) O foco dos indicadores deve ser exclusivamente no desempenho individual, desconsiderando os resultados organizacionais.
  - (D) Indicadores de desempenho não precisam estar alinhados às metas institucionais, pois são específicos para cada setor.
  - (E) O uso de indicadores subjetivos é preferível em avaliações de desempenho para evitar dados inconsistentes.
42. Uma grande instituição pública decidiu implementar programas de educação corporativa para melhorar as competências técnicas e comportamentais de seus servidores. Indique qual alternativa descreve corretamente os benefícios esperados desse tipo de programa.
- (A) A educação corporativa reduz a necessidade de desenvolvimento contínuo dos servidores.
  - (B) Programas de educação corporativa visam exclusivamente a formação inicial e não contemplam o desenvolvimento contínuo.
  - (C) A educação corporativa é voltada apenas para servidores com cargos de liderança.
  - (D) A educação corporativa integra o desenvolvimento de competências individuais com os objetivos estratégicos da organização.
  - (E) A implementação de educação corporativa dispensa o uso de plataformas de ensino à distância.
43. Durante a implementação de um programa de mudança organizacional, uma autarquia identificou resistência por parte de seus servidores. Considerando a gestão de processos de mudança, assinale qual alternativa apresenta uma estratégia eficaz para lidar com essa resistência.
- (A) Ignorar a resistência inicial para evitar atrasos no cronograma de implementação.
  - (B) Substituir servidores resistentes por novos profissionais alinhados ao programa.
  - (C) Promover ações de comunicação e engajamento para explicar os benefícios da mudança.
  - (D) Implementar as mudanças de forma abrupta, reduzindo o tempo de adaptação.
  - (E) Priorizar as mudanças tecnológicas e deixar as culturais para um segundo momento.

44. Um órgão público federal identificou que conflitos internos entre departamentos estavam comprometendo a eficiência dos processos administrativos e prejudicando o ambiente organizacional. Para lidar com essa situação, a gestão decidiu adotar estratégias voltadas para a resolução de conflitos e melhoria da comunicação entre as equipes. Aponte qual das alternativas abaixo apresenta uma estratégia eficaz para a gestão de conflitos no ambiente organizacional.
- (A) Implementar uma cultura de confrontação direta, na qual os servidores são incentivados a resolver suas divergências sem mediação formal, garantindo maior autonomia na tomada de decisões.
  - (B) Adotar técnicas de negociação colaborativa, promovendo um ambiente de diálogo e buscando soluções que atendam aos interesses das partes envolvidas.
  - (C) Reforçar a hierarquia organizacional, estabelecendo que todas as decisões sobre conflitos sejam tomadas exclusivamente pela alta administração, sem envolvimento direto dos servidores.
  - (D) Priorizar a eliminação de conflitos por meio da implementação de regras rígidas, reduzindo ao máximo a comunicação informal entre os servidores.
  - (E) Aplicar sanções disciplinares imediatas a todos os servidores envolvidos em conflitos, independentemente do contexto, como forma de evitar recorrências futuras.

### NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Anderson Ferreira

45. Conforme a Constituição, a norma relativa às diretrizes orçamentárias é um(a)
- (A) lei ordinária.
  - (B) medida provisória.
  - (C) emenda à Constituição.
  - (D) lei complementar.
  - (E) lei delegada.
46. O plano plurianual, no contexto do processo orçamentário constitucional brasileiro, desempenha a função de instrumento de planejamento estratégico, pois
- (A) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - (B) orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
  - (C) dispõe sobre os prazos de elaboração da lei orçamentária anual.
  - (D) estabelece o equilíbrio entre receitas e despesas.
  - (E) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, de forma regionalizada, para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
47. O princípio orçamentário da unidade consiste no postulado de que o ente público deve
- (A) prever todas as receitas possíveis, assim como fixar todas as despesas orçamentárias, sem exceções.
  - (B) proibir a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções.
  - (C) proibir a inclusão de matéria estranha às receitas e às despesas na lei orçamentária.
  - (D) possuir apenas uma peça orçamentária.
  - (E) autorizar o orçamento apenas para um exercício financeiro.
48. Leia os eventos a seguir, relacionados à aquisição de um bem de capital por uma entidade pública.
- 01/12/2024 – empenho da despesa no valor de R\$ 150.000,00.  
13/12/2024 – recebimento do bem de capital por parte do fornecedor.  
17/12/2024 – finalização do processo de liquidação do bem de capital.  
06/01/2025 – pagamento da despesa correspondente.
- Com base nos eventos acima e na Lei n. 4.320/1964, em 31/12/2024, a entidade
- (A) inscreveu a despesa em restos a pagar não processados e possui um passivo financeiro.
  - (B) inscreveu a despesa em restos a pagar processados e possui um ativo financeiro.
  - (C) inscreveu a despesa em restos a pagar não processados e possui um ativo financeiro.
  - (D) inscreveu a despesa em restos a pagar processados e possui um ativo permanente.
  - (E) inscreveu a despesa em restos a pagar não processados e possui um passivo permanente.



## 49. Créditos adicionais

- (A) especiais são destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (B) extraordinários devem ter prévia autorização por lei específica.
- (C) especiais e extraordinários podem ser reabertos no exercício subsequente, se autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior.
- (D) especiais podem ter sua abertura autorizada na própria lei orçamentária anual.
- (E) suplementares são destinados a despesa que não tenha dotação orçamentária específica.

50. Suponha que a União tenha apurado, para o exercício financeiro de 2024, receita corrente líquida de R\$ 52.000.000,00. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Judiciário da União poderá receber alerta do Tribunal de Contas da União quando a sua despesa total com pessoal ultrapassar o limite, em reais, de

- (A) R\$ 3.120.000,00
- (B) R\$ 2.808.000,00
- (C) R\$ 1.560.000,00
- (D) R\$ 2.964.000,00
- (E) R\$ 2.080.000,00

**NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO****Maria Rafaela**

51. Analisando a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço.
- (B) A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- (C) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
- (D) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- (E) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não tem, por si, efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.

52. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos abaixo, exceto e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII do art. 7 da CF/88, bem como a sua integração à previdência social:

- (A) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (B) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (C) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- (D) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

53. Pela regulamentação da CLT, assinale o que for INCORRETO sobre a proteção à maternidade:

- (A) Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.
- (B) Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.
- (C) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista.
- (D) A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de dez dias cada um, mediante atestado médico.
- (E) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.



54. Em relação aos entendimentos do STF sobre direito do trabalho, assinale o incorreto em relação aos julgamentos:
- (A) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a Lei da Terceirização (Lei n. 13.429/2017), que permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas urbanas.
  - (B) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o trabalhador que atua em atividade de risco tem direito à indenização em razão de danos decorrentes de acidente de trabalho, independentemente da comprovação de culpa ou dolo do empregador.
  - (C) O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil é compatível com o artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal, sendo constitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade.
  - (D) O STF tem revisado e anulado decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, em sede de reclamação constitucional, que reconhecem o vínculo de emprego entre trabalhadores e empresas, cuja relação inicial aparente seria de terceirização ou terceirização por pejetização.
  - (E) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicado, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão, mas não se admite em caso de contrato por tempo determinado.
55. Em relação ao tema de Teletrabalho, trazido pela Lei n. 13.467/2017 e Lei n. 14.442/2022, com previsão expressa na CLT atualmente, é incorreto aduzir:
- (A) Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.
  - (B) O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
  - (C) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.
  - (D) O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
  - (E) Aos empregados em regime de teletrabalho, aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial da empresa matriz.

### NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Maria Rafaela

56. Tratando-se da temática da ação rescisória no processo do trabalho, não corresponde entendimento do TST:
- (A) o prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
  - (B) havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado da última decisão
  - (C) o juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção por meio de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial.
  - (D) na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
  - (E) conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias.

57. Analisando a jurisprudência sumulada do TST sobre direito do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência.
  - (B) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
  - (C) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, não há previsão de recurso.
  - (D) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
  - (E) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.
58. Acerca do tema de processo de homologação de acordo extrajudicial, assinale o incorreto:
- (A) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
  - (B) As partes não poderão ser representadas por advogado comum.
  - (C) Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
  - (D) No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
  - (E) O prazo prescricional voltará a fluir no mesmo dia ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.
59. Daniel ajuizou ação contra seu empregador. Na primeira audiência, as partes compareceram, sendo recebida a defesa e documentos, e designando prazo para o advogado de Daniel impugnar os documentos no prazo de cinco dias. O advogado dele não se manifestou e foi designada audiência de instrução. O rito do processo é sumaríssimo. A audiência deveria ter sido uma, mas pelo adiantado da hora, o Juiz da Vara do Trabalho, redesignou a audiência, ocasião em que, em data e hora assinalados, Daniel compareceu com sua única testemunha, mas nem o preposto da empresa e seu respectivo advogado não foram, apesar de devidamente cientes na última solenidade. O advogado de Daniel requereu a aplicação da revelia da empresa e a sua preclusão na produção de todas as provas, pugnando pelo julgamento do processo no estado em que se encontra. Sobre este tema, assinale a opção correta:
- (A) Aplica-se a confissão à ré que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.
  - (B) Pela ausência do comparecimento do réu na 2ª audiência, o juiz deve acolher o pedido do advogado de Daniel e declarar a revelia da empresa.
  - (C) No caso em comento, Daniel terá automática procedência dos seus pedidos diante da inércia do empregador em comparecer à audiência de instrução.
  - (D) A prova pré-constituída nos autos só pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta se o advogado de Daniel não impugnasse os documentos do empregador.
  - (E) O juiz deve dispensar a oitiva da testemunha de Daniel pela ausência do empregador.
60. O TST possui entendimento firme sobre prova documental no processo do trabalho. E, com isso, na hipotética situação de que um advogado pretenda proceder com a juntada de documentos na fase recursal no âmbito trabalhista, assinale o que for correto:
- (A) Não é possível aludida juntada.
  - (B) É possível referidas juntadas em qualquer situação.
  - (C) A juntada de tais documentos só se justificam quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.
  - (D) O TST entende que só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
  - (E) O advogado só pode juntar o documento se for o caso de fato posterior à sentença.

**DISCURSIVA**  
**Letícia Bastos**

A crescente dependência de redes sociais tem transformado não apenas a maneira como as pessoas se comunicam, mas também a forma como constroem relações e percebem a realidade. Embora essas plataformas promovam conexão e acesso a informações, também são frequentemente acusadas de contribuir para a disseminação de notícias falsas, polarização e superficialidade nos vínculos sociais. Diante desse cenário, surge o questionamento: como encontrar o equilíbrio entre os benefícios e os desafios das redes sociais?

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**  
**Analista Judiciário – Área Administrativa**

**Folha de Respostas**

<b>Número do Caderno</b> 000000000	<b>Cargo ou Opção</b> Analista Judiciário – Área Administrativa
---------------------------------------	--

**Objetiva Seletiva**

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

# REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA X



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva